

→ Secretário analisa migrações internas

Texto: Rossini Amaral

O secretário da Cultura e do Bem Estar Social, Clóvis de Barros, defendeu ontem a necessidade de exame mais profundo no sistema fundiário, como forma do governo controlar as causas das migrações internas, oferecendo condições de dignidade ao homem do meio rural e evitando a invasão de terras nas periferias dos centros urbanos, como vem ocorrendo na Grande Vitória. Ele admitiu que as providências que estão sendo tomadas junto aos bolsões de extrema pobreza, através da implantação do Promorar, atingem apenas as consequências do problema social existente, e não suas causas.

A luta pela posse da terra envolve alguns riscos, o principal deles a expulsão — por vezes violenta — pela polícia. Apesar disso, as invasões continuam se sucedendo na Grande Vitória a uma velocidade que pode ser considerada surpreendente. Por exemplo, em Rio Marinho, bairro do município de Cariacica, 370 mil metros quadrados de uma propriedade foram tomados de assalto em poucos dias, sendo ocupada por famílias que procediam das áreas de mangues, do meio rural ou das favelas dos morros da periferia de Vitória.

— O processo — ou o "fenômeno", como classifica o secretário do Bem Estar Social, Clóvis de Barros — das invasões na Grande Vitória, remonta a vários anos atrás. Porém, intensificou-se a partir da propaganda empreendida pelos governos passados, abrindo um horizonte superotimista sobre a Grande Vitória, onde seriam abertas milhares de oportunidades de emprego, com a chegada de projetos industriais. Deram a esta região uma vocação industrial, no mesmo momento em que o interior vivia situação de penúria, e quem lá se encontrava ansiava por uma oportunidade de melhores condições de vida; fato que ainda hoje se repete, em escala igual ou maior que alguns anos atrás.

CONCHEIRAS

A Serra, que até o início da década anterior era, ao lado de Viana, o município de menor densidade demográfica da Grande Vitória, foi escolhida para comportar o centro industrial do Espírito Santo. Não demorou muito para que começasse a haver naquela região mudança radical no seu comportamento demográfico e prova disso é que as autoridades locais, respaldadas por estudos elaborados pelo governo estadual, estimaram que até 1985 o município teria uma população superior a 300

mil habitantes, superando a própria capital do estado.

Dezenas de indústrias já estão instaladas na Serra e encontra-se em andamento a construção do complexo industrial da Companhia Siderúrgica de Tubarão, que vai reunir em sua volta um número ainda indeterminado de outras atividades industriais. A posse da terra, que antes não sofria o efeito da especulação imobiliária, alcançou preços proibitivos, especialmente para o trabalhador assalariado, que precisa morar perto do emprego, como forma de economizar, no salário mensal, o ônus do transporte.

Antes da vocação industrial imposta ao município da Serra, o bairro de Porto de Santana, no município de Cariacica, representava considerável força de trabalho e os serviços se concentravam no município de Vitória. A passagem de ônibus não representava tanto nos orçamentos familiares como hoje e para o trabalhador se deslocar até Vitória era necessário apenas usar duas vezes a condução — de ida e volta. Com as indústrias na Serra e as tarifas mais caras, o operário que continua morando em Porto de Santana agora tem que desembolsar, diariamente, quatro passagens, no deslocamento casa-trabalho e vice-versa.

Milhares de moradias foram e continuam sendo construídas no município da Serra, com recursos do governo federal, sob o pretexto de concentrar o trabalhador perto das indústrias onde irá trabalhar. Porém, nessa política habitacional reside, conforme opiniões de alguns técnicos, uma contradição bastante grave. Os planos de pagamento das moradias não atingem as camadas mais pobres da população, que representam antes de tudo a força de trabalho pesada.

Dentro das contradições sociais e econômicas do município da Serra, surgiu Concheiras, uma vasta área de terra, situada à beira da rodovia BR-101 Norte, que foi invadida maciçamente por milhares de pessoas. As polícias Civil e Militar intervieram na questão, ocorreram violências, muitas famílias ficaram ao relento depois de assistirem a destruição de seus barracos de madeira, mas "o fenômeno" resistiu e a mesma área permanece totalmente ocupada, agora com casas de alvenaria, comércio, farmácias e outros tipos de serviço.

Nas imediações de Concheiras, a luta pelo direito à moradia prosseguiu, com inúmeras famílias invadindo as áreas denominadas de **Biquinha**, **Bleona** e mais tarde **Sossego**. Outras propriedades foram e continuam ameaçadas, e quem as detinha à espera da especulação

imobiliária tratou logo de utilizá-las para a realização de benfeitorias, que evitam a caracterização de terrenos ociosos e improdutivos.

Na lista de áreas invadidas na Grande Vitória, nos últimos anos, podem ser incluídos Santa Rita, Cobi de Baixo, Ilha das Caieiras, Rio Marinho, Cruzeiro do Sul, Cobilândia, os morros de Vitória e vários outros locais, como Flexal, no município de Cariacica.

PROMORAR

Cada invasão de propriedade que ocorre traz consigo inúmeros problemas sociais, como baixa renda, subnutrição, desemprego, desagregação familiar, além de todos os serviços de infraestrutura, como saneamento básico, água, luz, comércio, atendimento médico e vários outros tipos de serviços. O Poder Público tem consciência das implicações desse processo, suas causas e suas consequências, conforme demonstrou o secretário da Cultura e do Bem Estar Social, Clóvis de Barros.

Tendo em vista as implicações que envolvem a evacuação de uma propriedade invadida, o governo estadual — através de recursos da União — idealizou nos últimos anos uma forma de conter o problema da moradia, adotando nos conjuntos habitacionais da Cohab-ES unidades chamadas de embriões, cujo espaço de convivência privada da família resume-se a um exiguo cômodo com banheiro e lavatório, nada mais que isto. O modelo, em qualidade e quantidade, não parece estar tendo o resultado esperado, pois as invasões continuaram ocorrendo.

Idealizou-se então o Promorar, inspirado na política habitacional do atual governo, que prevê a dotação de obras de infraestrutura essencial nos bolsões de extrema pobreza da população, inclusive com aquisição ou desapropriação de propriedades invadidas. Exemplos: Flexal, favelas de Pé Sujo, em São Mateus; Pó e do Aviso, em Linhares, e em Vitória, Andorinhas, São Pedro, Santa Maria, Monte Belo, Joana D'Arc e Itararé.

O Promorar, até agora, atingiu apenas terrenos invadidos pelo segmento mais pobre da população, o que equivale dizer que os governos estadual e federal passaram a reconhecer o direito de posse de quem vem ocupando tais áreas. No caso de Flexal, inclusive a Cohab — usando recursos do BNH — está negociando a compra dos terrenos invadidos, garantindo o direito de moradia dos ocupantes, e prometendo realizar naquela área os serviços necessários aos moradores.

De acordo com o secretário Clóvis de Barros, o Promorar será estendido a vários municípios do interior, visando fixar o homem no seu *habitat*. É o caso, por exemplo, das favelas de Pé Sujo, e do Pó. Porém, o titular da Cultura e do Bem Estar Social disse estar convencido de que esta providência, isolada de outras, não terá a eficiência necessária. Em resumo: ninguém invade uma área, onde não há água, luz, esgotos, ruas traçadas, lugar de difícil acesso pelo simples fato de invadir, correndo o risco de pôr seus pertences a perder com a possibilidade de expulsão por forças policiais.

Paralelamente ao Promorar no interior do Estado, Clóvis de Barros defendeu a necessidade de revisão do sistema fundiário, de forma a oferecer ao homem do campo condições dignas de sobrevivência, e evitando que seja iludido pelo sonho dos centros urbanos, particularmente a Grande Vitória.

Para o secretário Clóvis de Barros, as invasões de propriedades particulares que ocorrem na Grande Vitória constituem "um fenômeno sociológico muito recente e que deve merecer o estudo mais detido dos responsáveis pela condução da coisa pública, mas também do povo em geral, uma vez que todos são responsáveis pelo bem comum".

— O projeto de saneamento de áreas invadidas, por parte do governo, está merecendo críticas de alguns setores da opinião pública, os quais acham que o governo está coonestando com as invasões e estimulando as migrações. Eu respondo que estamos diante de uma situação de fato, com milhares de famílias que vivem em condições de subabitação, e que em função disso o governo não pode ficar insensível e ignorá-la. Há que se combater as causas desse fenômeno, se proteger o meio rural, evitar as migrações, para que o agricultor desfrute de bem estar e dignidade, inclusive com o governo cuidando do problema fundiário".

— A aquisição de vastas áreas de terra — declarou ainda Clóvis de Barros — para especulação imobiliária, constitui-se um desvirtuamento da função social da terra, que é de produzir bem de alimentos para a população. Há que se reconhecer que o governo está procurando aprimorar os mecanismos de tributação progressivos de terras inexploradas. Temos que levar os benefícios da civilização para o interior, e no caso da invasão de Rio Marinho, vamos constatar que a maioria das pessoas veio do interior. Clóvis de Barros concluiu dizendo: "realmente a gente não está atacando as causas das invasões".